

PODER

Petista alimenta polarização

Em evento da Conferência Nacional de Educação, na Universidade de Brasília, Lula dispara contra a gestão Bolsonaro no setor

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, ontem, de solenidade na Conferência Nacional de Educação (Conae), que ocorreu na Universidade de Brasília (UnB), e aproveitou o discurso para criticar a atuação da gestão passada na área.

O petista declarou que seu antecessor, o ex-presidente Jair Bolsonaro, “não gostava de escola pública” e defendia a educação em casa, ou homeschooling. Além disso, citou as escolas cívico-militares, que deixaram de ter apoio do governo federal no ano passado.

“Nós tínhamos um cidadão que não gostava de escola pública. Ele gostaria que as pessoas pudessem ter aula em casa”, discursou o presidente, destacando que poucas pessoas têm recursos para contratar um professor particular. “Ele queria transformar o Brasil em um país de escola cívico-militar.”

O programa foi lançado pelo governo anterior e criou escolas com gestão compartilhada entre militares e civis, recebendo críticas sobre sua efetividade e casos de opressão aos alunos. Entre 2020 e 2022, a gestão Bolsonaro gastou cerca de R\$ 100 milhões nessas escolas. O atual governo, porém, revogou a medida.

O chefe do Executivo citou ainda que o ex-presidente e seus aliados reprovavam constantemente as escolas públicas por uma suposta doutrinação política e por ensinar questões ligadas a gênero, que chamam de “ideologia de gênero”.

Lula voltou também a rebater as críticas sobre o aumento dos gastos públicos, especialmente

dos voltados à Educação. “Gastar vai ser quando eu não investir nessas crianças e tiver que depois tirá-las da droga, tirá-las do tráfico. Enquanto eu estiver construindo sala de aula, pagando estímulo para aquele jovem estudar, eu tenho certeza de que tudo isso é investimento”, frisou.

O evento de ontem reuniu entidades e lideranças do setor educacional para elaborar a proposta do Plano Nacional da Educação (PNE) 2024-2034, cujo texto foi finalizado ontem. O documento será enviado como projeto de lei (PL) para votação no Congresso e tem como proposta registrar o compromisso com medidas para aumentar a inclusão na educação pública e diminuir desigualdades. O PNE reúne as diretrizes que deverão ser seguidas pelo governo no período de 10 anos.

Manifestações

A cerimônia foi marcada por palavras de ordem de grupos estudantis, sendo as maiores demandas a revogação do Novo Ensino Médio, bem como o aumento do gasto com Educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

Após as manifestações, Lula incentivou que os estudantes continuem cobrando o governo, mas pediu um “olho na realidade”. “Quando a gente pede mais dinheiro para alguma coisa, só tem duas formas: ou a gente aumenta a receita, ou a gente tira de alguma outra área. E todo mundo sabe que, se o cobertor não é tão grande, se você cobre a cabeça, você descobre o pé”, alertou Lula. Ele pediu aos estudantes que cobrem do Congresso a aprovação do PNE e que aprendam a convencer os opositores.

Ricardo Stuckert / PR



O presidente Lula com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas: acerto para a construção do túnel Santos-Guarujá

Acordo com Tarcísio para obra do PAC

» HENRIQUE LESSA

A gestão Lula recuou da intenção de construir, sem a participação do governo de São Paulo, o túnel submarino ligando Santos a Guarujá. A inclusão dos paulistas no projeto foi decidida, ontem, no Palácio do Planalto, depois de selado um “acordo de paz” entre o governador paulista, Tarcísio

de Freitas (Republicanos), e o governo federal, representado pelos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos).

“(Tivemos uma) reunião com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para discutir projetos estruturantes e obras prioritárias para o estado de São Paulo”, disse o ministro Costa.

O acordo coloca um ponto

final na disputa pela “paternidade” da maior obra do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem um investimento previsto de R\$ 6 bilhões.

O acertado foi que o governo federal invista cerca de metade do valor, R\$, 2,7 bilhões, com o governo paulista colocando o mesmo montante, que levantará por meio de um financiamento do BNDES. Além dos dois

aportes, o projeto usará captação por meio de PPPs (parcerias público-privadas) que devem totalizar o valor da construção.

Depois do encontro, o governador foi recebido, fora da agenda, pelo presidente Lula, para quem prometeu participar do evento, em Santos (SP), na próxima sexta-feira, em que o petista vai marcar o início das obras do túnel.

Brasil cai dez posições em ranking sobre corrupção

» ÁNDREA MALCHER

O Brasil caiu 10 posições no ranking da Transparência Internacional (TI) que mede a percepção de corrupção. Em 2023, o país passou a ocupar a 104ª posição entre os 180 países analisados, segundo relatório divulgado pela organização não governamental. A avaliação atribui notas que variam de 0 a 100. Quanto maior a nota, maior é a percepção de integridade.

O Brasil obteve 36 pontos no último ano e o desempenho coloca o país abaixo da média global de 43 pontos; bem como das médias regional para Américas (43); dos Brics, grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (40); dos países do G20, grupo das maiores economias do mundo (53); e da Organização para a Cooperação

e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 66 pontos.

Segundo o documento, parte da piora em 2023 é um reflexo do governo de Jair Bolsonaro, mas a avaliação é de que a administração Lula falhou no remonte dos “mecanismos de controle da corrupção e do sistema de freios e contrapesos democráticos”, ainda que a TI reconheça que a responsabilidade não recai somente no Executivo, e que avanços importantes ocorreram.

As indicações de Cristiano Zanin, que defendeu Lula nos processos da Lava-Jato, para o Supremo Tribunal Federal (STF), e de Paulo Gonet para a Procuradoria-Geral da República (PGR), ignorando a lista tríplice formulada pelo órgão, foram consideradas evidências de que “muito ainda precisa ser feito para resgatar a autonomia do sistema de

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Carvalho, da CGU: ressalvas ao estudo da Transparência Internacional

Justiça”. Outro aspecto é o protagonismo dos desejos do Centrão no governo que, de acordo com o relatório, é “viciado em emendas” e “promove arranjos prejudiciais

com o governo federal”. Para Renato Morgado, gerente de programas da Transparência Internacional Brasil, mesmo que o desempenho do país seja

um reflexo dos anos Bolsonaro, é também um alerta a Lula. “Se o resultado do Brasil reflete esse processo, ele também é resultado de falhas e decisões do primeiro ano do governo Lula. O pilar de controle jurídico da corrupção continua em situação crítica, negligenciado principalmente no resgate da independência do sistema de Justiça”, avalia.

“Apesar desses retrocessos, é importante destacarmos avanços significativos nas agendas de transparência e controle social e na aprovação da Reforma Tributária. Essa última, ao apontar para a unificação de impostos e simplificação de processos, tem o potencial de reduzir as oportunidades de corrupção na arrecadação de tributos”, completa.

A Controladoria-Geral da União (CGU), um dia após a Lei Anticorrupção completar

10 anos, alertou em nota que os resultados apontados devem ser “vistos com cautela”, pois “estudos internacionais discutem as limitações metodológicas de índices baseados em percepção”. O ministro-chefe da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, ponderou que a própria Transparência Internacional “reconhece o desafio de se reconstruir o que foi destruído nos últimos anos”.

Segundo Carvalho, especialistas no mundo todo sustentam que o indicador apresenta problemas. “Um termômetro desregulado leva a diagnósticos equivocados”, reclamou o ministro da CGU.

Morgado, da Transparência, reconhece o alerta da CGU “pela complexidade do tema” e, por isso, entende que o indicador “deve ser complementado com outras análises qualitativas e setoriais”.



ALEXANDRE GARCIA

NO DIA 5, REABRE O CONGRESSO, E O PRESIDENTE DA REPÚBLICA VAI VER QUE O DURO JANEIRO VAI SER O MELHOR DOS MESES DESTA 2024

Via dolorosa

Segunda-feira reabre o Congresso. Ao arripio da Constituição, que manda reabrir em 2 de fevereiro. Mas quem se importa hoje com a Constituição? Não custa lembrar Thomas Sowell: “A Constituição não pode nos proteger se não protegemos a Constituição”. Enfim, é um risco que todos corremos, com nossos direitos. No dia 5, reabre o Congresso, e o presidente da República vai ver que o duro janeiro vai ser o melhor dos meses deste 2024. De cara, a Frente Parlamentar Evangélica espera, revoltada, por mais um atrito que o governo criou sem precisar. A despeito do que diz o art. 150 da Constituição, a Receita fez uma interpretação

para cobrar imposto dos evangélicos. Cerca de R\$ 300 milhões. Mais uma frente a se unir à bancada do agro e das armas contra decisões que só afastam o governo dos votos de que precisa no Congresso. Esse ambiente favorece a emenda negociada por Campos Neto para consolidar a autonomia do Banco Central — o governo quer o Banco Central pendurado na fiscalização do Conselho Monetário.

Janeiro foi cheio de reverses para o governo, embora a propaganda oficial se esforce para mostrar o contrário. O mês começou com o Diário Oficial mostrando a lei do marco temporal, em que 374

derrubaram os vetos do presidente. Se o governo entrar no Supremo, o desgaste vai continuar, e não apenas com a imensa bancada do agro. O 8 de janeiro, que era para ser uma festa da Democracia Inabalável, teve as significativas ausências do presidente da Câmara e de 15 governadores. Dois dias depois, por vontade de Lula, o Brasil aderiu à denúncia de genocídio contra Israel. O Tribunal Internacional não aceitou e ainda sugeriu que o Hamas deve libertar os reféns. Depois, o *New York Times* mostrou que funcionários da Agência da ONU em Gaza participaram do mas-

sacre de israelenses. O governo do Brasil fica com cara de quem apoia terrorista.

No dia 18, em Pernambuco, Lula reavivou a Refinaria Abreu e Lima, cujo preço se multiplicou várias vezes. O presidente acusou o Departamento de Justiça dos Estados Unidos de prejudicar a Petrobras, provocando mais um atrito. Anunciou que o Brasil vai tocar a obra mesmo sem o aporte enganoso de Chávez. A isso somou-se a perplexidade do mercado quando o BNDES anunciou R\$ 300 bilhões para ajudar indústria, soando como o velho protecionismo, e derrubou a Bolsa.

Além disso, com a promessa de facilitar licenças ambientais para a Vale, o governo tentou impor Guido Mantega como CEO da Vale, empresa privatizada há 27 anos. O mercado levou um susto, e as ações despencaram. O governo não entende que Previ, com 8,6% das ações da Vale, é dos funcionários do Banco do Brasil, e não do Tesouro.

E antes que janeiro terminasse, saíram os números do Tesouro, com um rombo de R\$ 230 bilhões em 2023. A receita subiu 2,12%, e os gastos, 12,55. A medida provisória que tenta revogar a decisão de 438 congres-

sistas sobre a prorrogação da desoneração da folha é outro símbolo das fricções que o governo tem provocado. O Congresso reabre e não vai aceitar a MP. Neste reinício, ainda vai vir a reação de deputados e senadores ao veto a mais da metade dos R\$ 11 bilhões de emendas, no Orçamento deste ano. Emendas já anunciadas pelos autores a seus prefeitos e suas bases. Não deve ser uma reação branda, mas fisiológica e dura como uma pedra. A via dolorosa de Lula vem sendo pavimentada pelo próprio presidente, não com as pedras da oposição.